

a economia e a filosofia moral de adam smith: uma abordagem integral de seus escritos*

the economy and moral philosophy of adam smith: a integral approach of his writings

Juliano Vargas**

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO

O artigo apresenta breves considerações sobre as obras mais relevantes de Adam Smith, *Riqueza das Nações (RN)* e *Teoria dos Sentimentos Morais (TSM)*, salientando ser a primeira extensão da segunda, ambas devendo ser interpretadas conjuntamente. A *RN* revela a visão do autor a respeito da economia, enquanto a *TSM* expõe seus posicionamentos sobre a ética. Valendo-se principalmente do método indutivo, Smith contribuiu para a delimitação da economia, auxiliando a emancipá-la da filosofia moral, mas sem dissociá-las. Atribuir a Smith responsabilidade pela difusão do *laissez-faire* deriva da interpretação parcial de seus escritos. É preciso resgatar o legado do autor quanto a sua filosofia moral e as inquestionáveis conexões estabelecidas entre esta e sua visão da economia, abordando, portanto, sua obra em uma dimensão integral.

Palavras-chave: Adam Smith. *Riqueza das Nações*. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Economia. Filosofia moral.

ABSTRACT

The paper presents brief considerations on the most relevant works of Adam Smith, *Wealth of Nations (RN)* and *The Theory of Moral Sentiments (TSM)*, underlining that the first one is an extension of the second, meaning that both should be understood as a unity. The *RN* reveals the author's vision of economics, while the *TSM* displays his positions about ethics. Using mainly the inductive method, Smith contributed to the delimitation of economics, helping to emancipate it from moral philosophy, but without detach them. Assign to Smith a responsibility for the spread of the doctrine of *laissez-faire* comes from the partial interpretation of his writings. In this respect, Smith's legacy ought to proceed by taking in consideration his moral philosophy and its unquestionable connections with economics, approaching his work in its full dimension.

Keywords: Adam Smith. *Wealth of Nations*. *The Theory of Moral Sentiments*. Economics. Moral philosophy.

* Agradeço aos editores e aos dois pareceristas anônimos por suas sugestões construtivas. O autor é extremamente grato aos comentários de Rogério Arthmar e de Tales Rabelo Freitas. Obviamente, os equívocos e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Submetido: 13 de março de 2015; aceito: 1º de outubro de 2015.

** Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brazil.juliano@gmail.com

Introdução

O artigo objetiva mostrar as inter-relações entre as duas principais obras de Adam Smith, a *Riqueza das Nações* (RN) e a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), de maneira expositiva e analítica. Para tanto, foram lidas e interpretadas as obras originais do autor tendo em vista o objeto de estudo proposto. Em seguida, estas foram contrastadas com a argumentação de alguns de seus intérpretes.

Neste íterim, as questões abordadas serão as seguintes:

- 1) Quais as contribuições de Smith para o surgimento do discurso econômico?
- 2) Existem argumentos de Smith que indiquem sua intenção deliberada de emancipar a economia da filosofia moral?
- 3) Como os escritos de Smith têm sido interpretados na atualidade?

Visa-se, nas páginas que seguem, retomar o debate do “problema smithiano” sob o ângulo da justiça, discussão que no Brasil é incipiente no que se refere à compreensão das bases do nascimento da economia política. Assim, pretende-se destacar a relevância do pensamento de Smith não apenas no âmbito restritamente econômico e ortodoxo, mas também na seara filosófica, a fim de contribuir para desvelar um Smith distinto do frequentemente percebido pela teoria econômica convencional.

Quanto à estrutura textual, na primeira seção são apresentadas as contribuições de Smith ao discurso econômico, suas características e implicações mais importantes, conectando-as aos conceitos mais destacados da RN. Na segunda seção avaliam-se os argumentos favoráveis à tentativa do autor em emancipar a economia enquanto área autônoma do conhecimento, desvincilhando-a da filosofia moral. Na terceira seção analisa-se criticamente a interpretação atual que a teoria econômica convencional tem feito dos escritos de Smith e as razões mais relevantes para tal. Por fim, ressalta-se a unidade existente na obra do pensador escocês.

1. Adam Smith, a RN e o surgimento do discurso¹ econômico

Até o século XVIII inexistia um conceito estabelecido de economia. Ainda que tenham ocorrido antes desse período reflexões sobre assuntos que são próprios dessa área do conhecimento (formação de preços, sistemas de trocas, trabalho etc.), elas não eram suficientemente sistematizadas. Por um lado, até o século XVIII o discurso econômico não estava instituído solidamente, por conta das características das sociedades que precederam as economias de mercado², de modo que as ações visando sua reprodução material frequentemente se orientavam por motivações extraeconômicas³. Por outro, o surgimento do sistema de livre-iniciativa e suas implicações viabilizaram uma construção encadeada de princípios inteligíveis que permitiram a criação desse novo campo de conhecimento, constituindo sua condição objetiva de possibilidade (Cerqueira, 2001).

Nesse sentido, Smith é celebrado como um dos que mais contribuíram para que a economia despontasse enquanto área autônoma do conhecimento, por desempenhar papel pioneiro no estudo e na explicação de seus fenômenos e princípios. Por meio sobretudo do método indutivo⁴, a partir de uma evidente influência da abordagem utilizada por Isaac

¹ Segundo Tribe (1999), o termo “discurso” abarca todas as formas equivalentes passíveis de uso pela terminologia econômica ou que possam ser utilizadas para fins econômicos, englobando, por exemplo, “pensamento”, “tese”, “ideia” e “sistema”. Cabe salientar ainda que, conforme Megill (1975), os termos “teoria” e “sistema” possuem o mesmo significado para Smith, sendo a última a mais frequentemente empregada por autores do século XVIII.

² Existe economia de mercado ou sistema de livre-iniciativa quando os agentes econômicos atuam de forma livre, sem intervenção dos governos. É, portanto, um mercado idealizado, em que todas as ações econômicas e individuais relativamente à transferência de dinheiro, de bens e de serviços sucedem voluntariamente. O cumprimento de contratos voluntários, contudo, é obrigatório e assegurado pelo sistema jurídico. A propriedade privada é protegida pela lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. O mercado livre é defendido pelos proponentes do liberalismo econômico.

³ Caso dos escolásticos entre os séculos XIV e XVII ou dos mercantilistas do século XVI e XVII.

⁴ Método indutivo, ou indução, é o raciocínio que, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral. A indução parte da experiência sensível, dos dados particulares.

Newton⁵ no campo da física (Smith buscou elaborar para os fenômenos sociais aquilo que Newton elaborou para os naturais), o autor buscou explicitar as bases que sustentam a vida social. Em uma análise parcial embora muito acolhida – sobretudo pela teoria econômica convencional⁶ – de sua obra mais famosa, *Riqueza das Nações*, advoga-se que Smith preconizou a liberalização econômica irrestrita, propondo este como o modelo ideal que mais beneficiaria o conjunto da sociedade. O papel do Estado deveria cingir-se a áreas como a defesa, justiça e infraestrutura, com mínima ou inexistente intervenção desse ente na atividade econômica (Viner, 1927)⁷. Para tanto, são evocados fragmentos específicos da RN na tentativa de difundir a visão econômica de ordem liberal.

Em tal perspectiva, os termos smithianos mais frequentemente destacados na RN são os seguintes: trabalho e troca, interesse próprio e mão invisível. Com referência aos sustentáculos de sua tese, o trabalho e a troca, Smith atesta que o desejável enriquecimento de uma nação é, primordialmente, fruto da divisão do trabalho, que tem como efeito material o aumento da produtividade geral, derivado da propensão humana à troca, fato esse que garante o progresso da sociedade (Coutinho, 1993). No início da RN (Smith, 1983, I.1), o pensador escocês afirma que é o trabalho, em um sentido amplo, a única fonte de riqueza de uma nação.

⁵ A obra de Smith intitulada *The principles which lead and direct philosophical enquires; illustrated by the history of astronomy*, publicada em 1795, refere-se à filosofia como a ciência que conecta os princípios da natureza (considerando que no século XVIII era amplamente aceito que a filosofia incluía as ciências naturais). Ao longo do texto, Smith endossa o método indutivo que Isaac Newton utilizou para desenvolver seu sistema astronômico (em que a gravitação é o princípio conector da astronomia). Com efeito, Smith adotou essa metodologia científica em seus escritos, assumindo a simpatia como princípio unificador das ações humanas na TSM, por exemplo. Na RN considera-se que não foi possível elaborar completamente tal objetivo, pois, ao mesclar elementos econômicos e políticos, inviabilizou-se a possibilidade de existir um único princípio conector. Ademais, pode-se afirmar que Smith foi legatário de duas tradições intelectuais distintas: a racionalista baseada em Descartes e a empirista defendida por Locke, com primazia da segunda sobre a primeira (Megill, 1975). Ver também, a esse respeito, Cerqueira (2006a, 2006b).

⁶ Esse ponto será retomado oportunamente na seção 3.

⁷ “Adam Smith não era um defensor doutrinário do *laissez-faire*. Ele apontou uma grande gama de atividades para o governo, e ele estava preparado para estendê-lo ainda mais, desde que o governo melhorasse seus níveis de competência, de honestidade e de espírito público, mostrando a si mesmo capacidade para responsabilidades mais amplas” (Viner, 1927, p. 291).

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações.

Já a importância da troca é explicada na *RN* a partir da consideração de que o bem-estar material não guarda relação direta com o poder que cada indivíduo tem, uma vez que em uma sociedade comercial há uma dependência mútua, ainda que impessoal, na qual as trocas facilitam a obtenção de bens produzidos por outros indivíduos. A propensão à troca assegura também, mediante a divisão do trabalho e do comércio amplo, a máxima riqueza para a sociedade, permitindo a superação de situações moralmente degradantes (Muller, 1995). Senão, veja-se: “assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que é propriamente uma sociedade comercial” (Smith, 1983, I.iv.1).

No tocante ao interesse próprio, principal conceito comportamental subjacente à teoria econômica da *RN*, é ele que permite a Smith tratar dos fenômenos econômicos de um ponto de vista específico, pois, além de poder descrevê-los de maneira sistemática, eles têm a particularidade de que as ações econômicas permitem alcançar o máximo de bem-estar para a humanidade sem qualquer apelo à benevolência ou à caridade (Cerqueira, 2004). Assim, a combinação de interesse próprio com a garantia da justiça levaria a ações de ordem econômica que beneficiariam a nação. É conhecido o trecho:

é isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas a sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (Smith, 1983, I.ii.2)

Quanto à metáfora da mão invisível, esta teria origem no plano divino, em que a “mão de Deus” arranjará e poria em movimento as peças que compõem a vida econômica da sociedade. Baseado nesse argumento, Smith estabelece o conceito de cadeia invisível, regida por leis naturais, que liga as ações humanas e conduz a sociedade ao melhor dos mundos. De acordo com Luna (1993), Smith usou essa simbologia como um artifício de retórica e como uma expressão para representar um esquema funcional que resolve os problemas econômicos definitivamente. Bianchi e Santos (2007) afirmam que tal metáfora é, simultaneamente, consagrada na economia e fonte de grande controvérsia. Não obstante, tal imagem recorrentemente é interpretada como sinônimo da doutrina do *laissez-faire*, combinada e agregada de ordem e coesão social.

Posto dessa maneira, tem-se a impressão de que, na *RN*, Smith logrou êxito no sentido de dar autonomia plena à economia diante da filosofia moral. Porém, se for aceito que o discurso econômico pós-Smith deixa de ter relação com regras morais, isso significa assumir que as ações econômicas devem ser orientadas espontaneamente para o bem de todos, caso contrário o argumento não se justifica. Isso é paradoxal, pois implica claramente um caráter moral de tais ações (Cerqueira, 2004). Considerado sob um ponto de vista puramente dicotômico, em que a *RN* é uma obra independente e emancipadora estrita da economia enquanto área do conhecimento, é factível conceber que realmente há oposição absoluta entre essa obra e o conteúdo da *TSM*. Aparentemente, pode ser atendido o desejo de se separar a ética e a filosofia moral do discurso econômico de Smith (ver Dumont, 1977).

Contudo, estudos contemporâneos mais minuciosos do conjunto da obra de Smith⁸ corroboram a conclusão de que a *RN* e a *TSM* são partes de um projeto único que o autor planejou concretizar em vida⁹. Muitos admiradores de Smith não procederam à leitura mais profunda e atenta das ideias do autor, sem avançar além de algumas passagens da

⁸ Ver *Glasgow Edition of the works and correspondence of Adam Smith*, publicado a partir de 1976, sendo uma edição crítica que reúne todos seus escritos conhecidos.

⁹ Todavia, a questão da continuidade ou não entre as duas obras segue bastante controversa, sendo conhecida como o “problema smithiano”, expressão cunhada primeiramente por August Oncken (escola histórica alemã) na obra *Das Adam Smith Problem*, in *Zeitschrift für Sozialwissenschaft*, ed. J. Wolf, Berlin, 1898. Para uma versão mais concisa da obra, ver Oncken (1897).

RN. Por essa razão, não compreendem que Smith não pregava que a “salvação” da economia fosse derivada de uma razão única (Sen, 1999, p. 3). Como exemplo disso, tem-se o seguinte trecho do Prefácio da sexta edição da *TSM*, de 1790 (Smith, 1999), revisado pessoalmente por seu autor, em que é enfatizada a conexão entre a *RN* e a *TSM*¹⁰:

no último parágrafo da primeira edição do presente trabalho, eu disse que eu deveria em outra obra esforçar-me para dar conta dos princípios gerais do direito e da administração pública, e de diferentes alterações que eles sofreram em distintas épocas e períodos da sociedade. [] Na *RN*, eu parcialmente cumpri essa promessa, ao menos no que diz respeito à política, ao fisco e as forças armadas.

É mister igualmente observar o contexto histórico em que viveu Smith, reconhecendo que seus interesses teóricos não negligenciaram a emergência do iluminismo escocês e os eventos do século XVIII¹¹ (Griswold Jr., 1999). Por exemplo, conforme sustentam Bianchi e Santos (2007), parte considerável da *RN* tem como mote a reprovação do sistema mercantilista então vigente, retratando uma veemente crítica à estrutura institucional da época.

Nesse sentido, analisando à luz da história, Danford (1980) diz que os escritos de Smith denotam uma proposta não de interferência política na economia, mas ao contrário, o que ele propôs foram arranjos econômicos por razões políticas. E acrescenta que, após refletir a partir das alternativas disponíveis que as sociedades poderiam escolher, Smith diagnosticou que a mais adequada às necessidades humanas seria a sociedade comercial, que poderia gradualmente aumentar a prosperidade material enquanto encorajaria, ao menos potencialmente, todas as outras benesses de uma civilização evoluída.

Ganem (2000), também enfatizando a importância da conjuntura em que viveu Smith, assevera que o pensamento do autor somente pode

¹⁰ De acordo com Ganem (2000), em defesa da unidade da obra de Smith é possível estabelecer três momentos históricos distintos. O primeiro, por volta de 1890, é considerado a primeira reação à escola histórica; o segundo, com o trabalho seminal de Morrow (1923); e o terceiro, contemporaneamente marcado pela contribuição de vários autores, dentre os quais pode ser destacado Dupuy (1992a, 1992b).

¹¹ Basta lembrar que foi no século XVIII que ocorreram a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799).

ser entendido na sua real dimensão se forem consideradas não somente a complexidade de um processo que teve início na filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII, mas também as relações que o Smith dessa época estabeleceu com essa realidade.

Cabe ressaltar que, de acordo com os registros disponíveis, Smith não se importou em promover sua obra, em arregimentar discípulos ou em popularizar suas ideias. Seus escritos não foram utilizados como fonte declarada de argumentos de qualquer espécie no período em que o autor estava vivo, o que favorece sua leitura descontextualizada (Cerqueira, 2003). Para Grampp,

quando Smith escreveu a *RN*, ele deu ênfase à queda do feudalismo e relatou com desdém como posteriormente a aristocracia enquadrou o sistema a seu favor. Assim, ele foi forçado a voltar-se para o comércio combinado com o “princípio da avareza”, o que revogou as restrições sobre o empreendedorismo, renegado até então pela classe dominante. Assim, aqueles que faziam parte da nobreza se viram forçados a ocupar postos produtivos, o que levou a uma mudança drástica de seus perfis. [...] A transformação da economia e dos padrões sociais trouxe consigo o desenvolvimento de instituições políticas representativas. Como as oportunidades de se acumular riquezas cresceram, os homens demandaram segurança e justiça: a proteção de cada homem enquanto ser e de sua propriedade, oportunidade de fazer comércio e de adquirir riqueza. (Grampp, 1948, p. 322)

Destarte, tem-se que a contribuição de Smith para o discurso econômico não reside no fato de ele observar uma dicotomia entre a filosofia moral e a economia, mas sim de uma noção ampla a respeito da civilização, indicando que o desenvolvimento civilizatório e o bem da sociedade poderiam coexistir com a liberdade autointeressada dos indivíduos. Dessa forma, o autor conciliava as virtudes cívicas com o desenvolvimento do comércio, rompendo com o espectro vigente em sua época, de uma dicotomia insolúvel entre os valores morais e o impulso aquisitivo (Tribe, 1978).

O surgimento da economia enquanto área autônoma do conhecimento em Smith não ocorre a partir de uma ruptura, *stricto sensu*, em relação aos aspectos morais. Como aponta Ganem (2000, p. 31), “a autonomia [em sentido estrito] da economia só poderá ser realizada com reduções. Se posteriormente outros teóricos reduzirão a economia,

isto é outra história. Adam Smith, seguramente, não o fez”. Dado o exposto, as duas seções seguintes têm a intenção de evidenciar a unidade existente na obra de Smith, bem como aclarar os caminhos que degeneraram no reducionismo contemporâneo quanto ao entendimento de seus escritos, quase sempre abordados apenas sob o prisma econômico.

2. Adam Smith, a TSM e a filosofia moral

Enquanto a *RN* foi uma tentativa de explicação dos fenômenos econômicos (uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), a *TSM* pode ser compreendida como uma teoria sobre a filosofia moral e social, discorrendo sobre as questões éticas (Megill, 1975).

Segundo Evensky (1987), a *TSM* parte do princípio moral de que é importante diferenciar os efeitos das ações humanas dos sentimentos que as motivam. Smith não distingue sentimentos maus ou bons. As atitudes advindas de interesses rigorosamente pessoais, mediados pelo espectador imparcial (*impartial spectator*)¹² para que não infrinjam as regras da justiça, geram, inesperadamente, o bem comum e a felicidade. O que leva a um sentimento virtuoso é a combinação entre os efeitos das atitudes que ele promove e o propósito estabelecido pelo ente divino.

Em Smith, até mesmo ações motivadas exclusivamente por interesses pessoais (*self-concern*) e amor-próprio (*self-love*) são naturais dos homens e podem ser virtuosas. O autor assevera na *TSM* que,

cada homem é, sem dúvida, por natureza, primeira e principalmente recomendado ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais apto ao cuidado de si mesmo do que de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim. Cada homem, portanto, é muito mais profundamente interessado no que quer que imediatamente lhe diga respeito, do que naquilo que diz respeito a qualquer outro homem. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

¹² “Espectador imparcial: uma intimidação moral que, olhando ‘acima dos ombros’ do homem econômico, examina minuciosamente cada movimento dele” (Grampp, 1948, p. 318). Também chamado de “homem dentro do peito”, “razão” ou “consciência” (Smith, 1999, III.2.32, III.3.4).

Desse modo, afirmam Bianchi e Santos (2007), há equivalência entre os conceitos de amor-próprio (cuidar de si) e interesse próprio¹³. Eles não se restringem aos âmbitos da autopreservação e do instinto, mas também à esfera social (de caráter moral, político e econômico), havendo, portanto, uma definição genérica de interesse próprio.

Percebe-se que nessa intervenção de Smith há viva menção do conceito da mão invisível, ainda que esta seja muito mais difundida através da *RN*. Na *TSM* a ordem harmoniosa da natureza foi efeito da mão divina, enquanto na *RN* essa divindade benevolente é praticamente ausente. Na *TSM* a mão invisível assume outros contornos: “Autor da natureza”, “Causa Final”, “Grande Juiz dos corações”, “Providência”, “Criatura Divina” e, esporadicamente, “Deus”; sempre enfatizando o papel da divindade sábia e benevolente (Viner, 1927, p. 202).

Para realçar essa diferenciação, seguem excertos considerados importantes em que aparecem deferências à proposta da mão invisível. Primeiramente, no primeiro capítulo da parte IV da *TSM*, intitulado “Do efeito da utilidade sobre o sentimento de aprovação”, encontra-se a descrição de Smith de um proprietário de terra levado pela mão invisível (benevolente) a distribuir sua colheita:

É em vão que o orgulhoso e insensível senhor de terras vê seus extensos campos e, sem ao menos pensar nas necessidades de seus semelhantes, em imaginação consome ele mesmo a colheita inteira. [No entanto,] a capacidade de seu estômago não é proporcional à imensidão de seus desejos, e receberá não mais do que aquele [estômago] do mais humilde camponês. O resto ele será obrigado a distribuir entre aqueles que preparam, da melhor maneira possível, o pouco que ele mesmo utiliza, entre aqueles que vivem no palácio no qual este pouco é para ser consumido, entre aqueles que deixam e mantêm em ordem todas as diferentes bugigangas e quinquilharias que são empregadas na economia da grandeza; todos os quais assim desfrutam de sua luxúria e capricho, que desfrutam das necessidades da vida, as quais eles iriam em vão esperar de sua humanidade ou de sua justiça. Os ricos [...] são conduzidos por uma *mão invisível* a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida, o que teria sido feito caso a terra fosse dividida em partes iguais entre todos os seus habitantes, e, assim, sem querer, sem saber, promove-se o interesse da sociedade. (Smith, 1999, IV.i, grifo nosso)

¹³ Smith utiliza esses termos indistintamente em trechos da *TSM* (ver Smith, 1999, I.i.2.1.VII.ii.3.12).

Por sua vez, no segundo capítulo da parte IV da *RN*, intitulado “Das restrições sobre a importação de países estrangeiros de tais bens que podem ser produzidos domesticamente”, Smith argumenta que preferir o uso da indústria “doméstica” ao invés da “estrangeira” para obter maiores lucros constitui uma mão invisível que promove os interesses da nação e da sociedade, enquanto enriquece o indivíduo:

à medida que cada indivíduo [] se esforça tanto quanto pode para empregar o seu capital em apoio à indústria doméstica e assim direcionar essa indústria para que o seu produto tenha o maior valor, cada indivíduo trabalha necessariamente para tornar a receita anual da sociedade tão grande quanto puder. Ele geralmente, certamente, nem pretende promover o interesse público, nem sabe quanto ele está a promovê-lo. Ao preferir o apoio da indústria doméstica ao da estrangeira, ele almeja apenas a sua própria segurança; e ao direcionar essa indústria de tal modo que o seu produto possa ter maior valor, ele busca apenas o seu próprio ganho, e ele é assim, como em muitos outros casos, conduzido por uma *mão invisível*¹⁴ para promover um fim o qual não fazia parte da sua intenção. Nem sempre é ruim para a sociedade que não tome parte nisto. Ao perseguir o seu próprio interesse, ele promove frequentemente o da sociedade mais eficazmente do que quando ele realmente o tenciona promover. (Smith, 1983, IV.ii.9, grifo nosso)

Nota-se que, na *RN*, Smith procura analisar e explicar a harmonia do mecanismo econômico, enquanto a *TSM* possui até mesmo características de uma obra “religiosa” harmônica (uma “apologia à moralidade Cristã”). Logo, a mão invisível da *RN* soa como um resquício claro da harmonia divina imposta na *TSM* (Viner, 1927, p. 231).

Na *TSM* há também o conceito – ampliado – de simpatia, fundamental para o entendimento dessa obra, não devendo ser confundida com o conceito da benevolência. De acordo com Thomson (1965), a simpatia em Smith é a força reguladora que sustenta as movimentações divergentes dos indivíduos e direciona suas ações dentro do padrão harmonioso estabelecido pela ordem natural unificada. Megill (1975, p. 86) entende

¹⁴ Este é o único uso explícito dessa expressão na *RN*, tendo ela pouca relação com o “equilíbrio automático dos mercados”, que tende a ser sua interpretação canônica (Bianchi; Santos, 2007), ou seja, da teoria econômica convencional. No contexto original em que foi utilizado, o argumento da mão invisível trata fundamentalmente de crescimento econômico.

que para Smith a simpatia é o alicerce de nossas “faculdades morais”, base para o julgamento da conduta e do caráter das outras pessoas e de si mesmo, ponderando que nossos julgamentos morais são dependentes de nossa situação social.

Smith considera que não sabemos sentir os sentimentos de outras pessoas com a mesma intensidade que elas, o que induz à moderação de nossos próprios sentimentos para que as outras pessoas possam compartilhá-los e possam exprimir sua simpatia para conosco, como se houvesse um espectador imparcial. É através do balanço entre nosso egoísmo (*selfishness*)¹⁵ e o desejo da simpatia dos outros que exercemos o autodomínio (*self-command*), “aquele domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza ao que a nossa própria dignidade e honra e a correção de nossa própria conduta requer” (Smith, 1999, I.i.5.1).

Esse autodomínio norteia a possibilidade de manter a ordem social, prescindindo (em parte) de maior controle do Estado, pois cada indivíduo tem em si um motivo para observar as normas de comportamento adequadas. Cada homem deriva de sua relação com o espectador imparcial àquela virtude mínima a partir da qual a vida em sociedade se torna possível, o sentido de justiça, existente pela seguinte razão e justificativa:

todos os membros de uma sociedade humana precisam cada um do auxílio dos outros e estão, da mesma maneira, expostos a danos mútuos. A sociedade floresce e é feliz onde o auxílio necessário é fornecido reciprocamente pelo amor, gratidão, amizade e estima. [...] [Por outro lado,] a sociedade pode subsistir entre homens diferentes, assim como entre diferentes comerciantes, por uma compreensão de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeição mútuo. [...] A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre aqueles que estão sempre prontos para prejudicar e lesar uns aos outros. (Smith, 1999, II.ii.3.1-3)

¹⁵ Na opinião de Bianchi e Santos (2007), o egoísmo é a combinação de simpatia fraca com interesse próprio forte, em relação a pessoas distantes e sem relações com o agente, o que pode provocar a repulsa social ao fugir de certos parâmetros. Por esse motivo esse “egoísmo” deve ser controlado, pois, de outro modo, ele poderia nos levar a violar os direitos dos outros homens e, conseqüentemente, inviabilizar a convivência em sociedade.

Desse modo, Viner (1927) indica ser possível para uma sociedade conviver sob a ausência da beneficência (*beneficence*)¹⁶, mas não sem a presença da justiça. Como descrito na TMS, beneficência “é o ornamento que embeleza, mas não a base que sustenta o edifício. [...] Justiça, ao contrário, é o pilar principal que sustenta todo o edifício” (Smith, 1999, II.ii.3.3). O requisito para a existência da sociedade consiste apenas na virtude da justiça: “A beneficência, portanto, é menos essencial para a existência da sociedade do que a justiça. A sociedade pode subsistir sem a beneficência, ainda que não no estado mais satisfatório, mas a prevalência da injustiça deve destruí-la completamente” (Smith, 1999, II.ii.3.3)¹⁷.

Smith defende que a virtude da justiça consiste na imparcialidade que emerge do diálogo com o espectador imparcial. Ela depende, portanto, da capacidade de avaliar os efeitos de nossas ações, colocando-nos no lugar daqueles a quem podemos ofender.

Perturbar a felicidade dele [a de outro homem] apenas porque ela encontra-se no caminho da nossa, tirar dele aquilo que lhe é realmente útil apenas porque pode ser tão ou mais útil para nós, ou favorecer, dessa maneira, à custa de outras pessoas, a preferência natural que cada homem tem por sua própria felicidade acima daquela de outras pessoas é aquilo com que nenhum espectador imparcial pode concordar. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

Sem a justiça, concebida à semelhança do direito natural (*natural right*)¹⁸, a sociedade não pode existir. É com base nisso que o Estado deve fazer cumprir o direito de cada indivíduo a sua vida e propriedade, punindo os que violam essa regra (Smith, 1999, II.ii.3.6) (ver Muller, 1995).

¹⁶ Cabe observar que Smith distingue beneficência de benevolência: a primeira se refere aos bons ofícios (ações), enquanto a segunda se refere à boa vontade (desejos) (Smith, 1999, VI.ii.3.1).

¹⁷ Smith distingue justiça de beneficência. Justiça pode ser exigida à força, beneficência não; a violação da justiça expõe a punição, a falta de beneficência não (embora possa ser desaprovada); a observância da justiça não merece recompensa (pois apenas se abstém de causar mal a outrem; no máximo, respeitar-se-á a inocência do indivíduo justo), já um grande exercício de beneficência merece grande recompensa (ver Smith, 1999, ii.1.3, 4, 9).

¹⁸ No sentido smithiano, o direito natural é a liberdade que cada indivíduo tem de agir de maneira em que ele é conduzido inalteravelmente por traços psicológicos e outros por escolha própria” (Grampp, 1948, p. 326).

Na corrida por riqueza, fama e honrarias, ele [o indivíduo] pode correr tão esforçadamente quanto for capaz, e empregar ao máximo cada nervo e músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele porventura atropela ou derruba qualquer um deles, a complacência dos espectadores termina por completo. Trata-se de uma violação do jogo limpo que eles não podem admitir. [...] Portanto, eles logo simpatizam com o ressentimento natural do prejudicado e o infrator torna-se o objeto de seu ódio e execração. (Smith, 1999, II.ii.2.1)

Cabe ressaltar a posição de Smith segundo a interpretação de Grampp, no que tange ao estabelecimento e cumprimento das leis:

a competição é possível, todavia, apenas na presença de certas condições políticas e, ao prescrever isso, Smith foi decisivamente pessimista¹⁹. As leis devem ser estabelecidas para tornar a propriedade segura, incluindo a propriedade que cada homem tem de seu próprio trabalho, em que a segurança [da propriedade] demanda uma exata e igual administração da justiça. As reformas políticas que Smith pedia não clamavam muito pela aprovação de uma nova legislação, mas sim pela anulação das velhas, tais como as leis do monopólio, das tarifas e de outras restrições ao comércio internacional, além da concepção doentia do Estado em esforçar-se para regular a produção e o consumo. Deixar que os governantes olhassem seus próprios interesses e poder confiar que o povo olhasse os seus foi a forma de Smith resumir sua posição. (Grampp, 1948, p. 333)

Partindo dessas relações estabelecidas entre a *TSM* e a *RN*, é possível retomar a questão da real intenção de Smith quanto à emancipação da economia diante da filosofia moral. Diante do exposto, evidencia-se que a interpretação mais satisfatória dos escritos de Smith no que tange a fundação da reflexão econômica como disciplina separada da filosofia moral não se caracteriza por um dualismo ou contradição entre os princípios das duas obras (interesse próprio e simpatia), antes, pelo contrário, a *RN* representa nesse sentido uma continuação da *TSM* (Raphael; Macfie, 1982).

¹⁹ Smith demonstra pessimismo no que se refere ao estabelecimento e cumprimento das leis. Todavia, no que diz respeito à “ordem natural”, o autor é considerado razoavelmente otimista. Ver Viner (1927) e Cardoso (2002).

O que ocorre é que na *RN* o objetivo de Smith é menos amplo, referindo-se basicamente às questões econômicas, em que as ações se baseiam no interesse próprio (ver Thomson, 1965). Esse fato permite a Smith abordar os fenômenos econômicos de modo singular, em que as diversas situações têm como único aspecto moral a virtude da justiça, com o vínculo social apoiado na “troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada” (Campbell; Skinner, 1981, p. 19).

Para Ganem (2000), a natureza filosófica do autor é exposta na *TSM*, um tratado que o tempo e o debate comprovaram que não pode ser apartado. A economia nasce sob a paternidade de um filósofo moral e dentro dessa perspectiva não é possível, portanto, compreender a obra de Smith sem aceitar a unidade desta. Isso significa enriquecer a *RN* com os escritos filosóficos da *TSM* e entender a relação irrefutável entre as duas obras. Na explicação da ordem social, a *TSM* é tão importante quanto a *RN*.

Na obra de Smith, o interesse próprio da *RN* e a simpatia da *TSM* conciliam a busca da vantagem pessoal, característica das “sociedades comerciais”, com o objetivo prático-moral – inscrito no plano (*design*) da Providência – de alcançar o bem para a sociedade. Com isso, endossa-se o ponto de vista de Sen (1999), de que a teoria econômica convencional empobreceu seu *approach* ao rejeitar uma miríade de considerações morais que determinam os comportamentos humanos, inclusive os econômicos, e focou tão somente as motivações ditadas pelo autointeresse. É justamente essa perspectiva contemporânea reducionista ante os escritos de Smith que será apresentada e analisada na seção seguinte.

3. Interpretações atuais da obra de Adam Smith

Publicações mais recentes sobre Smith vêm comprovando quão restrito tem sido o entendimento de seus escritos, quase sempre abordados apenas sob o prisma econômico. Ao debruçar-se especificamente sobre a dimensão política e ética de seu pensamento, contextualizando-as quanto às questões candentes do século XVIII, os estudos revelam um panorama distinto, em que

Smith é mais cético, filosoficamente e politicamente focado, em que o entusiasmo com que ele recebe a transição para uma sociedade baseada no

comércio e nas manufaturas é mesclado com um reconhecimento desapassionado tanto das perdas quanto dos benefícios advindos da sociedade comercial. (Brown, 1994, p. 1)

Há que se resgatar e enfatizar seu legado no que concerne à filosofia moral e às inquestionáveis inter-relações que foram estabelecidas por Smith desta com a economia. Nesse sentido, Cerqueira assevera que “Smith nunca deu qualquer indicação de que pensasse haver alguma contradição entre [...] trabalhos ou mesmo uma mudança de posição filosófica ao longo de sua vida” (Cerqueira 2003, p. 9). A reconstrução dos argumentos do autor, de sua linguagem e seu contexto, tem fornecido elementos para uma nova compreensão das relações entre a filosofia moral e a economia.

Também merecem serem destacados os motivos de Smith se tornar o grande símbolo da economia moderna, tido como precursor em favor do liberalismo econômico. Para Cerqueira (2001), especialmente ao longo do século XX foi construído um estereótipo de Smith como defensor intransigente do livre mercado e da não ingerência do Estado na condução dos negócios, visão herdada do século XVII e XVIII²⁰ e amplamente majoritária, apesar da presença de algumas poucas vozes dissonantes.

De modo ilustrativo, tem-se que até a crise de 1929 houve um período de predominância de políticas econômicas inspiradas nos preceitos do *laissez-faire*, doutrina atribuída a Smith (ver Black, 1976). Depois da debacle e de seus desdobramentos negativos, sucedeu-se uma queda acentuada em seu prestígio, de forma que, no início da década de 1950, os economistas chegaram até mesmo a considerá-lo fora de moda (ver Moos, 1984).

Segundo Copley (1995), foi por ocasião do bicentenário da primeira edição da *RN*, em 1976 (com o lançamento da Glasgow Edition e do significativo aumento de publicações relacionadas a Smith), que o interesse pelo autor ganhou novo fôlego. A partir daí e especialmente na década de 1980 – atendendo, sobretudo, ao discurso político neoliberal –, sua obra foi vinculada à nova onda de liberalismo econômico e aos movimentos de desregulamentações e privatizações ainda em curso.

²⁰ Como nas obras de Ricardo, Malthus, Say e Mill, que têm características acentuadamente analíticas e escopos marcadamente mais restritos do que a abordagem filosófica e do amplo leque de temas abordados por Smith.

Além disso, Tribe (1999) afirma que a hegemonia do mecanismo de mercado diante da participação do Estado a partir de 1990 ofereceu justificativa prática aos supostos argumentos “smithianos” a favor da liberdade natural, do interesse próprio e dos seus resultados “benéficos”, com que atualmente o nome Adam Smith está firmemente ligado à defesa irrestrita do sistema de livre-iniciativa.

Entretanto, não parece ser essa a real mensagem do autor. Smith faz críticas específicas, em que assinala a importância do Estado e dúvidas quanto ao funcionamento do livre mercado. Segundo Grampp,

há ainda outra qualificação que deve ser feita para a caridade do interesse pecuniário. Mesmo quando expressa no livre mercado, ela apenas tem a tendência de produzir uma ordem harmoniosa. Smith não disse que a competição invariavelmente produz a maior riqueza possível e a mais desejável distribuição dela (e claro que ele negou com ainda mais força que a avareza é desejável em qualquer tipo de ambiente). Nos mais livres dos mercados, empresas individuais não acharão lucrativo oferecer certos bens e serviços, e sua provisão deverá ser feita pelo Estado. Fora essa falha, empresas livres dividem a riqueza nacional de uma maneira em que a justiça distributiva é deficiente sob qualquer aspecto. Os indivíduos vão receber o que eles valem no livre mercado, mas a maneira que o mercado avalia seus serviços e a maneira em que eles deveriam ser avaliados serão duas coisas bem diferentes no caso em que poder e sorte são desigualmente distribuídos. (Grampp, 1948, p. 334-335)

Smith mostrou-se ambivalente quanto ao progresso econômico descrito na *RN*. Se, por um lado, ele apregoava o livre-comércio, por outro era cético de que esse sistema pudesse efetivamente ser estabelecido (Hirschman, 1977). Exemplo disso deriva do seguinte excerto:

esperar, de fato, que a liberdade de comércio devesse ser inteiramente restaurada na Grã-Bretanha, é tão absurdo quanto esperar que uma Oceana (sic) ou Utopia devessem ser estabelecidas ali. Não apenas os preconceitos do público, mas o que é muito mais questionável, os interesses privados de muitos indivíduos, irresistivelmente se opõem a isso. (Smith, 1983, IV.ii.43)

Hirschman (1977) também salienta que Smith fazia ressalvas à divisão do trabalho, que, ao invés de ter a abordagem eufórica do início da *RN*,

recebeu um tratamento lúgubre ao seu final, por seus efeitos perniciosos sobre as capacidades intelectuais e morais das pessoas. Senão, veja-se:

com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. (Smith, 1983, V.i.f.50)

Desde meados do século XIX, as referências mais amplas do sistema concebido por Smith foram gradualmente abandonadas e a originalidade do autor foi limitada à defesa do livre mercado. Desvestida de suas reais intenções, especialmente a *RN* passou a ser compreendida unicamente como uma exposição do funcionamento espontâneo e autorregulado do mercado, uma análise da produção e distribuição dos bens materiais associadas apenas acerca da teoria do valor (de troca). Outras contribuições e inter-relações das suas obras, no que diz respeito à ética e à filosofia moral, a economia e a política tornaram-se, assim, secundárias ou esquecidas (Cerqueira, 2004).

Quanto à natureza acadêmica, estudiosos contemporâneos vêm desenvolvendo críticas abrangentes a um dos princípios mais fundamentais da teoria econômica convencional: o pressuposto de que os agentes se orientam tão somente pela busca do interesse próprio (ver Sen, 1997). A esse respeito, questiona-se a maneira extremamente restrita como os economistas têm representado as questões humanas.

Sen afirma que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (Sen, 1999, p. 23). Admitindo que a abordagem econômica convencional e sua maneira de conceber os seres humanos tenham produzido resultados teóricos relevantes, Sen (1999) avalia que a teoria econômica contribui ainda mais quando considera os problemas associados às questões éticas.

A leitura convencional associa todo comportamento humano real ao comportamento racional e, com isso, elimina *a priori* a possibilidade de que as limitações cognitivas ou a ausência de informações sobre o ambiente originem a existência de formas de comportamentos não racionais. A mera consistência das escolhas não pode ser tomada como condição suficiente de racionalidade sem que se faça referência específica ao objetivo a alcançar: “se uma pessoa fizesse exatamente o oposto daquilo que a ajudaria a obter o que ela deseja [...] essa pessoa não poderia ser considerada racional, mesmo se essa consistência obstinada inspirasse algum tipo de admiração pasma no observador” (Sen, 1999, p. 29).

Além disso, o modo como se concebe a racionalidade – seja a consistência interna das escolhas, seja a maximização do interesse próprio – é assaz restrito. A racionalidade apoia-se na relação entre o que a pessoa faz e seu interesse pessoal. Conforme Sen, “considerar qualquer afastamento da maximização do interesse próprio uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na tomada de decisão” (Sen, 1999, p. 32).

Com efeito, um pressuposto subjacente – e usualmente adotado pelos economistas – é que o comportamento econômico real consiste em atos orientados apenas à busca do interesse pessoal. Assume-se que o conceito de racionalidade como maximização do interesse próprio é uma boa descrição do que as pessoas efetivamente fazem, ao menos quando lidam com questões econômicas. Contrariamente, o apoio empírico a essa presunção é escasso e estudos recentes demonstram o peso que a presença de diferentes sistemas de valores nacionais tem no desempenho econômico relativo das sociedades (ver Sen, 1995).

Há outro aspecto, este de natureza acadêmica, que se refere ao apontamento de Tribe (1999), de que grande parte das publicações envolvendo Smith reforça, explícita ou implicitamente, uma abordagem convencional do autor apenas como um defensor dos agentes da “economia liberal”, pois é este o principal rótulo dado a ele. Reprova-se essa compreensão usual do pensamento de Smith, que costuma atribuir-lhe a mesma visão restrita sobre as motivações dos atos econômicos.

Para Cerqueira (2003), essa visão foca exclusivamente os contextos em que se enfatiza o papel do amor-próprio e/ou do interesse próprio na sociabilidade. Que ela tenha prevalecido por tanto tempo entre economistas e historiadores do pensamento econômico é algo que não

deveria causar surpresa, pois é um resultado previsível do enfoque a-histórico que orienta essa maneira de abordar obras do passado. Mais do que isso, é também um testemunho da perspectiva limitada que caracteriza a economia contemporânea, uma vez que

o apoio que os crentes e defensores do comportamento autointeressado buscaram em Adam Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa da obra smithiana. Na verdade, o professor de filosofia moral e economista pioneiro não teve uma vida de impressionante esquizofrenia. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. (Sen, 1999, p. 44)

Cabe frisar que a abordagem newtoniana utilizada por Smith no desenvolvimento de suas teses é distinta do método dedutivo²¹ adotado por grande parte dos economistas da teoria econômica convencional atual. Foi após a ascensão do paradigma neoclássico que uma nova apreciação do legado de Smith transpareceu nos discursos e nos textos econômicos, refletindo uma profunda mudança no ponto de vista a partir do qual foram formuladas novas leituras sobre o autor e sobre a economia enquanto área do conhecimento.

Smith aplicou predominantemente a indução na sua investigação tanto na *TSM* como na *RN*, objetivando reduzir os fenômenos a uma sequência conectada de acontecimentos que seguissem uma regressão infinita até suas causas primárias. Por sua vez, o paradigma neoclássico dedutivo é baseado no individualismo metodológico²², além de descon-

²¹ Método dedutivo é a modalidade de raciocínio lógico que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinada(s) premissa(s). Essencialmente, os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras, caso todas as premissas sejam verdadeiras, se o raciocínio respeitar uma forma lógica válida. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma segunda proposição (premissa menor), para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

²² Concernente à análise da ação humana dos agentes individualmente. O postulado do individualismo metodológico da teoria neoclássica implica que (1) as preferências dos agentes sejam determinadas exogenamente; (2) não haja relações interindividuais, ou seja, que cada agente maximiza sua função de utilidade ou de lucro independen-

siderar a historicidade dos fenômenos na sua análise. Nesse sentido, Luna esclarece que

modelos de equilíbrio geral parecem ter resolvido o enigma teórico da mão invisível ao atribuir aos preços o poder para coordenar uma economia descentralizada caracterizada – à primeira vista – por mercados perfeitos. No entanto, esses modelos são baseados na dedução, que é típica do paradigma neoclássico. Desde que a teoria econômica emergiu dessa tradição, é frequentemente criticada por estar alheia ao cotidiano; nós acolhemos um renovado e bem-informado interesse na metodologia de Adam Smith, que se inicia precisamente com a observação dos fenômenos para construir um sistema teórico conectado e coerente. (Luna, 1993, p. 31)

Em suma, o “verdadeiro” Adam Smith é certamente distinto da figura constantemente difundida, conclusão esta que tem emergido da tentativa de reconstituição do contexto de produção e recepção de sua obra. Ao invés de seguir tratando-o como mais um estudioso dos mecanismos de alocação de recursos através da fixação de preços relativos, trata-se de entendê-lo como um pensador preocupado em refletir sobre as maneiras como o interesse próprio e a sociabilidade podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera, virtuosa e justa (Cerqueira, 2003). Além disso, pode-se asseverar que o conjunto da obra desse autor não assume a existência de agentes puramente racionais e autointeressados, mas sim de criaturas humanas realistas e multidimensionais (Ashraf; Camerer; Loewenstein, 2005).

Conclusão

As contribuições teóricas de Adam Smith permitiram criar um sistema de análise adequado ao estudo da realidade econômica, desde que adaptadas ao estágio atual de desenvolvimento. Essas novas maneiras de abordar os fenômenos econômicos não devem implicar abandono da

temente da atuação dos outros agentes. As relações entre os agentes são substituídas pela existência do leiloeiro (*creur de prix*, na terminologia utilizada por Walras), o qual permite confrontar e compatibilizar as decisões de oferta e de demanda e assegurar assim o *market clearing* contínuo (equilíbrio geral). Ver Herscovici (2013).

integralidade da mensagem contida na obra do autor, que deve ser examinada considerando a reciprocidade verificada em seus escritos. Da apreciação dos principais argumentos desenvolvidos por Smith na *RN* e na *TSM*, bem como dos debates teóricos decorrentes, cabe salientar os seguintes aspectos gerais:

1) Smith deve ser celebrado como um dos que mais contribuíram para a economia enquanto área autônoma do conhecimento, sendo determinante para o surgimento do discurso econômico. A *RN* desenvolve-se em uma perspectiva marcadamente econômica. Apoiada no conceito da mão invisível, ela aponta que uma sociedade baseada no trabalho e na troca resulta em uma nação mais rica e desenvolvida. Considerando que as condições objetivas de possibilidade do discurso econômico se tornaram possíveis com o advento das economias de mercado, a principal colaboração de Smith foi uma representação da economia mobilizada pelo interesse próprio, que acaba em situações melhores do que em outras formas de sistema produtivo;

2) Smith buscou harmonizar o desejo da vantagem individual, predicado das economias de mercado, com a finalidade moral de atingir o bem social comum, tanto na *RN* quanto na *TSM*. Há fortes conexões entre os aspectos de cunho econômico e as questões relacionadas à ética, à filosofia moral e à justiça, verificando-se suas preocupações quanto ao funcionamento do sistema de livre-iniciativa apregoado. Sua obra não se caracteriza por um dualismo entre interesse próprio e simpatia. A *RN* deve ser entendida como uma extensão da *TSM*, não havendo emancipação *stricto sensu* da economia em relação à filosofia moral. O autor propõe a liberdade para que o indivíduo busque seu interesse próprio sem contraposição a sua natureza civilizatória, conciliando o desenvolvimento do comércio com as virtudes cívicas. Assim, abordar Smith de modo abrangente é um passo importante na superação do abismo criado entre as disciplinas;

3) é comum assimilar Smith seletivamente, seja por interpretações equivocadas, seja por distorções propositais de sua mensagem original. Atribuindo ao autor a condição de defensor intransigente do livre mercado, o estereótipo smithiano de pai do liberalismo econômico foi reforçado pela ascensão do paradigma teórico neoclássico aliado no engajamento em movimentos de desregulamentações e privatizações

ainda em curso. No meio acadêmico é verificada situação similar, revestida por características próprias, em que a teoria econômica convencional desvirtua o modo smithiano de fazer ciência, baseando-se na racionalidade e no individualismo metodológico a-histórico, estreitando a ciência econômica, o que resulta em uma reprovação à compreensão convencional do pensamento econômico de Smith, por costumeiramente conferir-lhe a mesma visão restrita sobre as motivações morais dos atos econômicos.

Por fim, faz-se necessário deixar claro que nesta breve explanação sobre a obra de Adam Smith não se pretendeu esgotar o assunto. Todavia, a recomendação mais coerente diante do exposto é, indubitavelmente, o estudo atento dos textos originais do pensador escocês, combinados e contrastados com as releituras e interpretações de outros autores que tenham se debruçado sobre esse tema.

Referências bibliográficas

- ASHRAF, N.; CAMERER, C. F.; LOEWENSTEIN, G. Adam Smith, behavioral economist. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 3, p. 131-145, Summer 2005.
- BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. T. L. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, jul.-set. 2007.
- BLACK, R. D. C. Smith's contribution in historical perspective. In: WILSON, T.; SKINNER, A. (ed.). *The market and the state: essays in honour of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- BROWN, V. *Adam Smith's discourse: canonicity, commerce and conscience*. London: Routledge, 1994.
- CAMPBELL, R. H.; SKINNER, A. General introduction. In: SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner, W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, p. 1-60.
- CARDOSO, J. L. Natural law, natural history and the foundations of political economy. In: DAVIS, J. B.; MARCIANO, A.; RUNDE, J. (eds.). *The Elgar companion to economics and philosophy*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2002.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. *Síntese – Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, v. 28, n. 92, p. 391-405, 2001.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Para ler Adam Smith: novas abordagens. *Texto para Discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, n. 183, p. 1-23, fev. 2003.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3 (95), p. 422-441, jul.-set. 2004.

- CERQUEIRA, H. E. A. G. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 667-697, dez. 2006a.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. *Texto para Discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, n. 292, p. 1-30, ago. 2006b.
- COPLEY, S. Introduction: reading the *Wealth of Nations*. In: COPLEY, S.; SUTHERLAND, K. (eds.). *Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays*. Manchester: Manchester University Press, 1995, p. 1-22.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- DANFORD, J. W. Adam Smith, equality and the wealth of sympathy. *American Journal of Political Science*, v. 24, n. 4, p. 674-695, Nov. 1980.
- DUMONT, L. *From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 1-22.
- DUPUY, J. P. *Le sacrifice et l'envie: le libéralisme aux prises de la Justice*. Paris: Calmann-Levy, 1992a.
- DUPUY, J. P. *Introduction aux sciences sociales: logique de phénomènes collectifs*. Paris: Ellipses, 1992b.
- EVENSKY, J. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic. *History of Political Economy*, v. 19, n. 3, p. 447-468, 1987.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: a abordagem histórico-filosófica. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul.-dez. 2000.
- GRAMPP, W. D. Adam Smith and the economic man. *The Journal of Political Economy*, v. 56, issue 4, p. 315-336, Aug. 1948.
- GRISWOLD JR., C. L. *Adam Smith and the virtues of enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HERSCOVICI, A. A economia neoclássica: rumo a uma definição epistemológica. VI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2013, Vitória.
- HIRSCHMAN, A. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- LUNA, F. From the *History of Astronomy* to the *Wealth of Nations*: wonderful wheels and invisible hands in Adam Smith's major works. *UCLA Economics Working Papers, 691S*. Department of Economics, University of California, Los Angeles, Jan. 1993.
- MEGILL, A. D. Theory and experience in Adam Smith. *Journal of the History of Ideas*, v. 36, n. 1, p. 79-94, Jan.-Mar. 1975.
- MOOS, S. Is Adam Smith out of date?. In: WOOD, J. C. (ed.). *Adam Smith: critical assessments*. V. 3. London/New York: Routledge, 1984 (1951).
- MORROW, G. R. The significance of the sympathy in Hume and Adam Smith. *Philosophical Review*, v. 32, n. 1, p. 60-78, 1923.
- MULLER, J. Z. *Adam Smith in his time and ours: designing the decent society*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ONCKEN, A. The consistency of Adam Smith. *Economic Journal*, v. 7, n. 27, p. 443-450, Sep. 1897.

- RAPHAEL, D. D.; MACFIE, A. L. Introduction. In: SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, p. 1-52.
- SEN, A. Moral codes and economic success. In: BRITTAN, S.; HAMLIN, A. (eds.). *Market capitalism and moral values*. Aldershot: Edward Elgar, 1995, p. 23-34.
- SEN, A. Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory. In: SEN, A. *Choice, welfare and measurement*. Boston: Harvard University Press, 1997 (1977), p. 84-106.
- SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (1987).
- SMITH, A. The principles which lead and direct philosophical enquires; illustrated by the history of astronomy. *Essays on philosophical subjects*. The Glasgow Edition of the works and correspondence of Adam Smith. Oxford University Press, 1976 (1795).
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1776).
- SMITH, A. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1759, 1790).
- THOMSON, H. F. Adam Smith's philosophy of science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 79, n. 2, p. 212-233, May 1965.
- TRIBE, K. *Land, labour and economic discourse*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- TRIBE, K. Adam Smith: critical theorist?. *Journal of Economic Literature*, v. 37, n. 2, p. 609-632, June 1999.
- VINER, J. Adam Smith and *laissez-faire*. *Journal of Political Economy*. Chicago, University of Chicago Press, v. 35, n. 2, p. 198-232, Apr. 1927.